



Resenhas

‘As cores da masculinidade’, de Mara Viveros Vigoya

Isaac Palma

PPGA / UFF, ¡DALE!

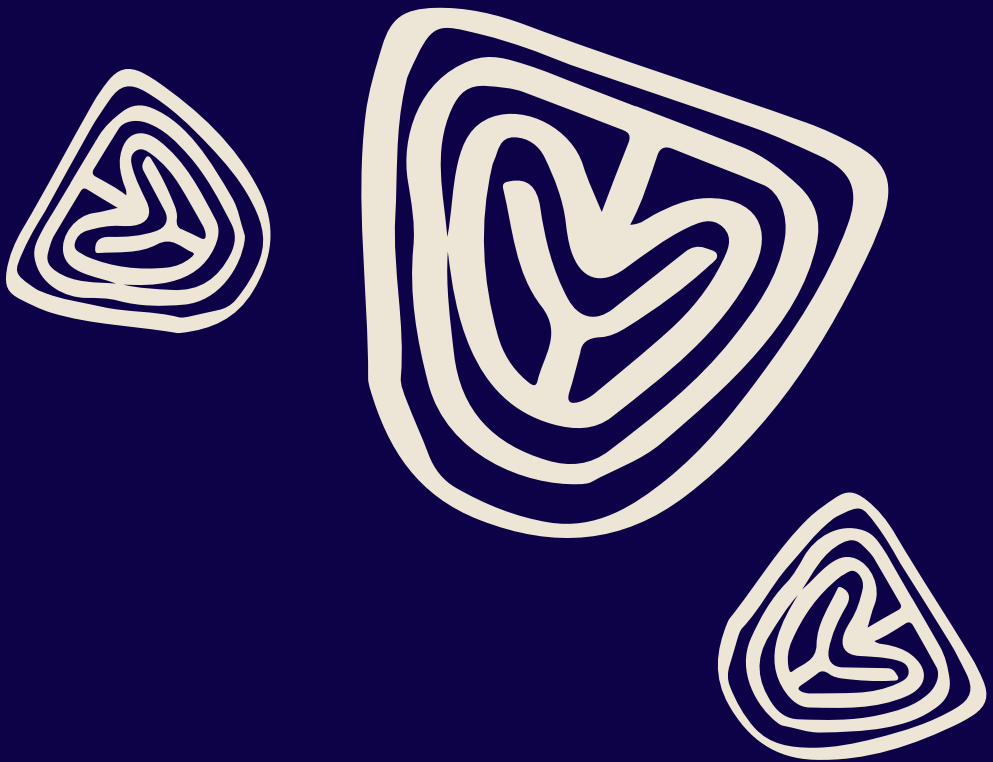




Foto: Fran Rebelatto. Havana, Cuba





Na entrada do evento havia o aviso de que a palestra seria em inglês e, portanto, quem desejasse deveria pegar os aparelhos para tradução simultânea. Assim o fiz. Com a voz tranquila, em um inglês aparentemente compreensível, Mara Viveros Vigoya disse que naquela noite faria sua exposição em espanhol e não em inglês (língua oficial do evento), como era esperado, demonstrando um esforço em ser compreendida por quem fala português. Estávamos no sul global, no Brasil, e para ela falar em inglês naquele ambiente, para ela, seria incompatível. O auditório estava cheio. Esperei os tradutores concluírem a tradução nos meus fones desajeitados para juntar-me aos demais que a aplaudiram. O seu gesto foi acompanhado de outros. Junto com uma parte representativa da plateia, retirei meus fones, outra parte os colocou. Esses gestos, aparentemente simples, encenavam o giro proposto pela antropóloga, não apenas em sua palestra mas em seu trabalho.

Essa cena de gestualidades ocorreu no congresso da IUAES¹ Brasil, em 2018. Isto é, aconteceu em um congresso internacional que reuniu antropólogos e antropólogas de diversos lugares do mundo. Esse evento foi o qual me apresentou o trabalho de Mara Viveros Vigoya. Vi o nome dela entre as pessoas convidadas para uma das principais conferências do evento. Ao buscar informações sobre as pessoas que iriam palestrar, deparei-me com algo que me despertou interesse: a surpresa era o fato de ela ser uma mulher, negra e colombiana. Esse interesse está profundamente alicerçado em um sentimento explicado por experiências de ausência. Nos diversos eventos de antropologia em que participei e/ou acompanhei nos últimos oito anos, esse foi o único no qual vislumbrei essa situação. Na realidade, o mais comum foi acompanhar homens e/ou pessoas brancas nessa posição. Esse sentimento de ausência não é algo disseminado entre antropólogos no Brasil. Ao contrário, é uma ausência naturalizada, mas que vem sendo nos últimos anos problematizada e denunciada por docentes, estudantes e pesquisadoras/es negras e negros, nos quais me incluo.

Esse sentimento compartilhado de ausência expõe algo sobre as relações raciais e de gênero e sua ativa reprodução em diversos espaços. Para além da ausência de pessoas negras e especificamente de mulheres negras como palestrantes em reuniões de associações de antropólogos, parece-me profundamente sintomático o desconhecimento do trabalho dela e de outras antropólogas e antropólogos negros brasileiros e de outros países das Américas do Sul e Central. E esse é um sintoma de uma ausência nas bibliografias de cursos de ciências humanas, em especial de ciências sociais no Brasil. Quantos livros e textos foram escritos nos contextos brasileiro e/ou latino-americano? Desses, quantos são escritos por mulheres negras? Essas perguntas certamente mereceriam uma análise mais aprofundada que relacionasse diferentes dimensões das experiências sociais.

Considero fundamental ressaltar esses aspectos como forma de localizar o livro aqui resenhado em um contexto de significação específico. Conforme vem sendo proposto em diferentes produções feministas, o conhecimento localizado e/ou situado tem aparecido como uma alternativa bastante propositiva.² Essa perspectiva tem endereçado críticas às formas de construção de conhecimento que insistem na não localização como forma de legitimação de um saber científico que se coloca como universal. Nesse sentido, situar/localizar/posicionar um texto é justamente uma forma de visibilizar as condições de possibilidade e os pontos de vista contidos em um trabalho.

1 International Union of Anthropological and Ethnological Sciences. O congresso foi realizado em 2018 na Universidade Federal de Santa Catarina.

2 Considero o texto de Donna Haraway ([1986] 1995) um marco na sistematização desse debate em termos científicos. Embora seja possível apontar outros caminhos, esse texto surge constantemente atravessando perspectivas. As ideias de Donna Haraway remetem sobretudo a uma ciência parcial, mas nem por isso menor. Talvez, como a autora pontua, menos poluída da presunção absoluta do olhar que só é possível a homens brancos europeus.



As cores da masculinidade

Tal operação não é simplesmente uma construção teórica, mas está correlacionada às posições sociais daquela ou daquele que produz o conhecimento. Essa é uma forma de relacionar conhecimentos com pontos de vista acessíveis por experiências sociais diferentes. Dizer isso não é o mesmo que dizer que os lugares sociais definem pontos de vista, mas que pontos de vista estão imersos em posições sociais. Considerações como essas têm sido fundamentais na forma como feministas negras têm exposto seu pensamento. Patricia Hill Collins (2016) argumentou, ainda no final dos anos de 1980, que o pensamento de mulheres negras poderia acrescentar novas formas de observar a sociedade, já que essa perspectiva esteve majoritariamente ausente. É com essa característica que Mara Viveros Vigoya posiciona seu livro.

Por isso, situar o livro *As cores da masculinidade: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América* dessa maneira é mais do que meramente um exercício descritivo. É uma forma de localizar meu encontro com o texto e isso é uma opção metodológica que está alicerçada na construção argumentativa da autora. Como qualquer resenha, nesse texto resalto alguns aspectos da leitura e não outros. Na leitura trago a minha experiência com outros textos e teorias. Tornar nítidas essas situações é uma forma de apresentar uma interpretação possível de um texto, expondo, ao menos em parte, as circunstâncias nas quais realizei a leitura para que o leitor que se interesse tenha oportunidade de entender que o meu olhar é parcial.

O livro de Mara Viveros Vigoya é um texto habilmente posicionado. O livro foi escrito originalmente em espanhol colombiano, língua que “conserva a marca das lutas travadas na Nossa América para se apropriar do sentido de sua própria história” (p. 177). Nesse sentido, ela posiciona o texto como parte de diversas lutas. Principalmente, a da descolonização, a antirracista e a feminista. A partir dessa escrita em espanhol, o livro foi traduzido no mesmo ano (2018) em francês e em português – publicado no Brasil pela editora Papéis Selvagens. Um dos lançamentos do livro aconteceu no evento narrado no início de meu texto e no qual foi tive o primeiro contato com o trabalho.

Como característica principal desse posicionamento, está o fato de a autora se situar como uma mulher negra, não branca, em um país com um forte discurso multicultural como a Colômbia. Parece-me importante destacar que, em diferentes momentos, ela ressalta ao mesmo tempo uma certa ambiguidade em seu pertencimento racial e uma postura política de pertencimento. Ela assim o faz de maneira consciente e manipulando ideias, buscando situá-las dentro de um contexto mais amplo de racialização e generificação de alguns corpos. Viveros, em relação a sua autonegação como mulher negra ou não branca, argumenta:

Eu me nomeio assim, não por ser filha de um homem “negro” e uma mulher “branco-mestiça”, mas por ter me posicionado política e subjetivamente deste modo, consciente do efeito que podem ter, sobre a vida social e pessoal, os discursos sobre raça e etnicidade que circulam na Colômbia e que são objeto de minha reflexão neste livro. [...] Assim minha própria relação com a negridade e a mestiçagem carrega a marca da trajetória desses conceitos (p. 27).

Outro posicionamento que vale destacar aqui é o construído através do conceito de Nossa América, que aparece no título do livro e ganha, em alguns trechos, uma centralidade bastante significativa no argumento da pesquisadora – relacionada ao questionamento de uma ideia de América Latina como definidora das experiências vivenciadas em determinados territórios das Américas. Para Viveros Vigoya, a América Latina definiria a experiência desses territórios a partir da importância do controle espanhol e/ou português. Justamente esse ponto faz com que sejam invisibilizadas as experiências negras e indígenas em detrimento daquela “latina”. Para contrastar com isso, ela recorre a um dos discursos do intelectual cubano José Martí, que reivindicou uma *Nuestra América* em contraposição não apenas ao domínio europeu mas a nascente presunção estadunidense em ser “a América”:



Decidi conservar a expressão Nossa América como uma forma de reconhecimento a essas lutas precoces de reapropriação e ressignificação de nossa identidade, mas incluindo em seus significados as contribuições de duas pensadoras feministas, Gloria Anzaldúa e Silvia Rivera Cusicanqui, à compreensão de seu caráter 'mestiço'. [...] Falar de Nossa América ao invés de América Latina é, finalmente, escolher uma denominação que não foi criada nos contextos acadêmicos hegemônicos metropolitanos para dar conta de experiências sociais particulares (p. 29-30).

Além disso, a antropóloga também se posiciona como feminista. Seu posicionamento, entretanto, não é de acordo com “o feminismo” como forma abstrata de luta ou produção de conhecimento. Ela identifica-se com setores específicos dos feminismos *nossoamericanos* e negros. Defende, a partir disso, uma postura feminista não separatista, pois, segundo ela, “o separatismo não é uma estratégia analítica e política adequada para dar conta da complexidade do contexto social no qual opera a dominação masculina na Colômbia, ou para gerar relações de solidariedade com as lutas feministas” (p. 20). Postura defendida por escritoras identificadas com o feminismo negro (grafado como *Black Feminism* no livro), como bell hooks ou Patricia Hill Collins – parte importante do repertório teórico-político de Viveros Vigoya.

Partindo desse referencial, ela utiliza a ideia de interseccionalidade como conceito analítico – ideia construída, gestada e sintetizada entre os feminismos negros e/ou de mulheres não brancas. No sentido utilizado por Viveros Vigoya, a análise interseccional é mais do que uma metáfora gráfica, é uma “forma de leitura das desigualdades sociais” (p. 23). Dessa forma, a preocupação recai sobre a distribuição desigual do poder e dos recursos. Para ela, uma análise interseccional permite um ponto de vista interessante sobre questões de masculinidade por levar em conta diferentes arranjos situacionais, considerando fatores como raça, classe, território, nação, sexualidade, identidade de gênero etc.

Por falar em masculinidades, embora esse seja, de certa forma, o ponto culminante do livro, ou ao menos aquele que tem certo destaque na construção argumentativa, ele não é apresentado de maneira isolada. Esse aspecto é consequência direta dos posicionamentos anteriores da autora. A explicitação do caminho dela até a discussão sobre masculinidades, muito embora esteja de maneira direta na introdução, permeia todo livro. Como uma mulher que é parte do campo de estudos de gênero, Viveros Vigoya empreendeu um tempo considerável de suas pesquisas na compreensão das relações de gênero a partir da experiência feminina. Entretanto, a percepção de uma lacuna levou-a para esse campo ainda pouco explorado.

Mas o que os feminismos ou as autoras feministas têm a contribuir sobre esse tema?

Essa é uma pergunta que, ainda que ela busque responder de maneira direta, ajuda-me interpretativamente a entender o caminho e, ao menos em parte, a trajetória argumentativa da autora. O livro é dividido em duas partes. A primeira poderia ser qualificada como uma revisão bibliográfica, na qual a autora apresenta diversas contribuições nos estudos sobre homens e masculinidades, primeiro entre autoras e autores europeus e estadunidenses (capítulo I). Depois, há uma revisão bibliográfica do que tem sido produzido sobre o tema na Nossa América (capítulo II). Para além de um percurso meramente descritivo de um campo, esses dois capítulos fazem parte da argumentação. Eles servem a uma estrutura argumentativa posicionada. Em ambos os capítulos ela insere os estudos sobre masculinidades a partir dos estudos feministas, e nisso há uma diferença profundamente alicerçada num pensamento político de desconstrução das opressões. O posicionamento explícito e parcial da autora advoga por uma desnaturalização das características opressoras das masculinidades vigentes. Para ela, não basta indagar as masculinidades, é preciso colocá-las em questão a partir de uma estrutura relacional de gênero da qual fazem parte.



As cores da masculinidade

Nesse sentido, o estudo de homens e/ou masculinidades de maneira isolada tem sério risco de naturalizar posições socialmente construídas. De certa forma, esse risco está alicerçado em uma não visualização das relações de gênero como estruturantes das masculinidades. Viveros identifica parte dos trabalhos sobre masculinidades como “masculinismo teórico” ou simplesmente “masculinistas”. Esses trabalhos acabam configurando trajetórias de gênero como naturais e/ou ignorando teorias feministas que, para ela, são fundadoras da análise da situação de gênero envolvendo homens. A partir disso, ela interage com diferentes vertentes e perspectivas feministas que têm optado por levar a frente empreendimentos que tenham como objeto de análise as masculinidades. Neste primeiro capítulo, o diálogo mais evidente está relacionado às teorias que interseccionam gênero com outras características sociais. E é nelas que ela se concentra para seguir seu argumento.

No segundo capítulo, Viveros Vigoya destaca que grande parte dos trabalhos *nossoamericanos* sobre homens e masculinidades têm dado uma importância central aos desenvolvimentos feministas, sendo que, segundo a autora, na Nossa América, “os estudos sobre homens e masculinidades foram iniciados por mulheres provenientes do feminismo” (p. 61). Também os trabalhos escritos por homens, que entraram posteriormente no campo, tiveram uma influência bastante demarcada de aspectos dos debates de gênero propostos por feministas. Esse aspecto outorgou uma característica muito própria a esses estudos na região.

De toda maneira, neste capítulo Viveros Vigoya apresenta um panorama bastante instigante da produção *nossoamericana*, perpassando por temas e perspectivas diferentes. Parece-me importante destacar que, neste espaço, a autora se aproxima de trabalhos que tomam como parte da reflexão os contextos coloniais, político-institucionais, econômicos e étnico-raciais, entre outros.

Gostaria ainda de fazer algumas considerações de cunho metodológico. Embora me pareça bastante explícita a opção de acessar os trabalhos sobre o tema do ponto de vista feminista, nos capítulos I e II outras opções metodológicas não estão explicitadas da mesma forma. Apenas em alguns artigos analisados, no capítulo I, Viveros Vigoya justifica a escolha. Isso me parece uma pequena perda no argumento da autora. Essa exposição poderia suscitar importantes reflexões sobre as escolhas por alguns trabalhos e não por outros. Já no capítulo II, há uma justificativa, em especial das buscas de trabalhos por período e em bases de dados de artigos. Entretanto, isso é apenas apresentado como nota de pé de página, não há uma reflexão mais aprofundada sobre a busca por essas ferramentas, nem sobre o impacto e a relevância dos artigos ou dos eventos pesquisados. Certamente não seria um trabalho simples, mas acrescentaria em profundidade para as problematizações do campo de estudos sobre masculinidades.

Os capítulos bibliográficos preparam o caminho para os subsequentes. A segunda parte do livro é composta por três capítulos de pesquisas no contexto da Nossa América, com atenção especial para a situação colombiana. Ao situar a Colômbia e a Nossa América, Viveros Vigoya entrelaça gênero, raça, nação, território e sexualidade. Para falar sobre as masculinidades vividas nesses cenários, a antropóloga recorre a histórias, narrativas, situações políticas e econômicas, estereótipos de gênero e sexualidade. Para seguir por tais caminhos a pesquisadora analisa como os custos e os benefícios das masculinidades são desigualmente distribuídos. Ainda que homens negros e indígenas também façam parte e muitas vezes contribuam para configurações de gênero que oprimem mulheres, eles vivem ou acessam a masculinidade de maneira desigual. E isso tem uma história. A violência, a incivilidade, o erotismo e o apetite sexual exagerado (por exemplo) fazem parte das histórias contadas repetidas vezes sobre os corpos masculinos negros. Essas histórias se naturalizam e, muitas vezes, se materializam em seus corpos, projetando de forma suficientemente capaz possibilidades definidas de habitar a masculinidade.



Dessa forma, no capítulo III, Viveros Vígoya analisa discursos sobre os corpos masculinos negros na Colômbia, tanto a maneira como essas ideias foram se constituindo historicamente quanto como homens negros têm articulado discursos próprios sobre seus corpos. Nesse sentido, a antropóloga remete diretamente à discussão de Frantz Fanon sobre a forma como os corpos negros são fixados pelo olhar branco, que ela chama de um “modelo centrado na pele” (p. 126). Para além disso, Viveros Vígoya se preocupa com a forma como esses discursos, que produzem estereótipos, são ressignificados na recepção e na prática desses homens negros: ao invés de apenas serem fixados por olhares brancos, eles concebem discursos a partir de seu próprio corpo que celebram os atributos que deveriam diminuí-los desde fora, considerado um modelo “centrado na carne” que remete a sensações do corpo negro.

No quarto capítulo, ao seguir investigando a vivência das masculinidades no contexto colombiano, Viveros Vígoya opta por enquadrar as masculinidades brancas nas esferas político-institucionais. Para isso, recorre mais uma vez à história para pensar as formas como os homens brancos habitaram a masculinidade em relação às mulheres e outros homens não brancos, no contexto *nossoamericano* e colombiano. Em seguida, no que considero um dos pontos altos do livro, a antropóloga investiga e analisa como os discursos, constituídos na e pela masculinidade hegemônica branca, outorgaram legitimidade pública ao ex-presidente Álvaro Uribe. Esse aspecto se relaciona não só a cor de sua pele, como também a sua região de origem, que entrelaça privilégios econômicos, políticos e raciais. Ao mesmo tempo, ela rastreia as formas como esse questionamento e a denúncia ao racismo podem ser neutralizados através de ações que fortaleceram o discurso multicultural na Colômbia.

Por fim, no quinto capítulo, Viveros Vígoya indaga sobre a identificação da violência e do machismo com os homens dos países *nossoamericanos*. Diversas mudanças em diferentes países têm questionado uma série de práticas naturalizadas. A violência contra as mulheres, especialmente em casos de feminicídio, nesses cenários tem sofrido alterações profundas em sua representação pública. A legitimidade das pautas feministas e dos avanços dos direitos das mulheres têm recebido diversas reações por parte dos homens. Mas Viveros Vígoya insiste que a violência machista não pode ser explicada por aspectos meramente culturais, como se fossem traços dos homens desses países. Para isso, a pesquisadora analisa as formas como a violência (não só machista) se apresenta nos diversos contextos dos diferentes países. Além disso, intersecciona múltiplas dimensões como o colonialismo, a colonialidade, o racismo, o sistema econômico neoliberal, a dominação masculina e as violências advindas dos contextos aos quais alguns homens também estão expostos. Sem absolver as violências, Viveros Vígoya interroga esses discursos naturalizados, buscando também visibilizar “masculinidades outras”, que não só não estão associadas à violência da dominação, mas também às condicionantes heteronormativas ou centrados em um gênero específico.

Compreendo que a autora, ao colocar em sua conclusão justamente o papel de outras expressões das masculinidades, faz uma proposição importante para o projeto que encara nesta obra. Para além de um livro sobre masculinidades ou sobre homens, trata-se de um trabalho que se apresenta de maneira implicada em lutas específicas. Parece-me que a honestidade de propor esses pontos, se posicionando, é uma importante contribuição para os estudos antropológicos e um confronto aos resquícios de um cientificismo eurocêntrico, masculino, heteronormativo e branco.

O desconforto que os trabalhos de mulheres negras têm apresentado em diversos campos do conhecimento é uma reação necessária à própria violência que um modelo único de conhecimento operou. Qualquer discussão ou trabalho que se pretenda anticolonial, decolonial, descolonial, antirracista ou antissexista não deveria ignorar tais vozes. Não me parece sem mo-



As cores da masculinidade

tivo que o primeiro espaço que encontrei possibilidade de apresentar e ler esse livro foi há um ano atrás em um grupo de estudos autônomo (sem nenhuma ligação institucional) e composto majoritariamente por mulheres. São esses os espaços nos quais, de maneira mais incisiva, têm circulado alguns materiais que aí encontram interpretações mais relevantes.

Para além das sensações e sentimentos de ausência com os quais comecei esse texto, há “espaços-outros”, que já estão em andamento, cabendo aos pesquisadores e pesquisadoras visibilizar e viabilizar tais espaços e reflexões.

Referências

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **cadernos pagu**, n. 5, p. 7-41, (1986)1995.

COLLINS, P.H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

VIVEROS VIGOYA, M. **As cores da masculinidade**: experiências interseccionais e práticas de poder na Nossa América. Rio de Janeiro: Papéis Selvagens, 2018.

